

4.

Idealismo em ruínas: o projeto da Escola Superior de Guerra



Figura 121: Sergio Bernardes, Escola Superior de Guerra, DF, 1970/74. Imagem “Ruínas da UNB”, estruturas de concreto remanescentes da obra abandonada da ESG (Imagem / matéria de 2014). Fonte: <http://vejabrasilia.abril.com.br/materia/cidade/os-segredos-dos-escombros> Acesso em: 24/03/2016.

Se com o polêmico Monumento ao Pavilhão Nacional na Praça dos Três Poderes Sergio Bernardes cravou seu nome na paisagem urbana de Brasília, o ambicioso projeto da Escola Superior de Guerra – ESG (1970/74) – mostrou o reverso da medalha, indicando o caminho da maldição. Aposto extrema na relação da sua arquitetura com o poder militar, o projeto significou a concepção esperançosa de uma estrutura destinada à formação de pensadores ligados ao desenvolvimento do país sob a perspectiva “elitista-intelectual” militar e, ao mesmo tempo, a ruína do idealismo arquitetônico de Bernardes. Esta, concretizada na ruína da própria edificação, nunca concluída e abandonada desde então. Se os quatro projetos selecionados em Brasília no período do assim chamado “milagre brasileiro” – ESG, Mastro, IBC e MM – definiram um ponto de inflexão na obra do arquiteto, indicando, ao mesmo tempo, uma possibilidade sem precedentes e um limite para sua arquitetura, que lugar assume as ruínas da

ESG diante desse limite, e do silêncio espectral que recaiu sobre a obra de Bernardes desde então?

Decifrar significados ou extrair discursos encobertos sob elementos ou conjuntos ruinosos não é tarefa fácil. E no caso das ruínas da ESG há um fator complicador que as tornam um tanto mais enigmáticas: elas aludem a algo que nunca chegou, de fato, a se constituir. Delimitam um espaço entre o passado e o futuro sem a existência de um presente. Elas são o espectro de uma especulação que se arruinou ainda em sonho. E sobrevivem de um futuro pretérito, aprisionado ou cristalizado que parece encerrar, em seu silêncio, o limite do idealismo arquitetônico de Bernardes.

Segundo o crítico de arte Brian Dillon, a ruína econômica da última década do século 20

“levou a uma série desagradável de imagens de planejamentos arquitetônicos e urbanos catastróficos – urbanizações que nunca seriam habitadas, blocos de escritórios que não puderam ser concluídos – e uma consciência renovada do longo declínio das principais instalações e cidades industriais do século passado: a situação de Detroit tornou-se o principal exemplo. Em geral, um senso do declínio da modernidade e do modernismo do século 20 está no ar, ao lado de uma conscientização da decadência dos mecanismos de colonialismo e de uma nostalgia controversa por formas estéticas e iconografia do antigo bloco Soviético.”²²⁶

Sob o ponto de vista de Dillon, muito do trabalho da arte contemporânea recente tem se voltado para temas e imagens de decadência e destruição, explorando o que seriam “as relíquias da arrogância econômica das últimas décadas do século 20”²²⁷: “ruínas da arquitetura modernista; a extinta infraestrutura da guerra fria; os territórios dizimados pelo desenvolvimento ou desastre industrial.”²²⁸

Sob esse prisma, a leitura crítica das ruínas da Escola Superior de Guerra de Brasília – e da ruína do idealismo arquitetônico de Sergio Bernardes – se aproxima mais da estética da ruína entendida numa chave contemporânea, para além da visão puramente romântica, contemplativa ou melancólica da qual as ruínas da ESG parecem se esquivar, como veremos adiante. Para tanto,

²²⁶ DILLON, B. (ed). **Introduction – a short history of decay**, in: _____. **Ruins**. London: Whitechapel Gallery Ventures Limited, 2011, p.10. Tradução do autor.

²²⁷ Ibid.

²²⁸ Ibid.

tomaremos como suporte conceitual alguns pontos da reflexão de Dillon sobre a ideia de um “continuum da estética da ruína.”²²⁹ De acordo com o crítico,

“as ruínas incorporam um conjunto de paradoxos temporais e históricos. A ruína do edifício é um remanescente de, e um portal para, o passado; sua decadência é uma lembrança concreta da passagem do tempo. E ainda por definição ela sobrevive, depois de uma moda: deve haver um certo valor (talvez indeterminado) para uma estrutura construída ainda em pé para referirmos a ela como ruína e não meramente como uma pilha de escombros. Ao mesmo tempo, as ruínas nos lançam à frente no tempo; elas preveem um futuro no qual nosso presente vai cair numa degradação similar ou se tornar vítima de alguma calamidade imprevisível. A ruína, apesar do seu estado de decadência, de alguma forma nos faz sobreviver. E o olhar cultural que dirigimos às ruínas é uma forma de nos livrar do aprisionamento das cronologias pontuais, nos lançando à deriva no tempo. Ruínas são parte da longa história do fragmento, mas a ruína é um fragmento com um futuro; ela vai viver depois de nós, apesar do fato de que isso nos lembra também uma plenitude ou perfeição perdidas.”²³⁰

Por esse trecho fica evidente a complexa relação temporal que as ruínas carregam em sua materialidade pregressa e histórica, nela coabitando dúvidas e incertezas que orientam para trás e significados e prospecções que impulsionam para frente. As ruínas de uma edificação podem, portanto, conduzir à significação e à (re) construção histórica da obra perdida ou apagada pelo tempo. Todavia, em se tratando de ruínas de um passado recente, como o caso da estrutura abandonada da ESG, há de se levar em conta a própria relação ambígua que o modernismo do século 20 estabeleceu com a ideia de ruína. Esta, conforme aponta Dillon, pode ser entendida com base no modo pelo qual os projetos de renovação urbana propostos por arquitetos tais como Le Corbusier “[dependiam] de uma visão da cidade devastada pela demolição num amplo cumprimento do processo começado, por exemplo, por Barão Haussmann na Paris de 1860 – ou mesmo até por bombardeios aéreos.”²³¹ Citando a declaração de Anthony Vidler sobre o projeto corbusiano da *Ville Radieuse*, o crítico reforça o argumento da tábula rasa pretendida pela arquitetura e urbanismo modernos:

“o passado era também erradicado ou transformado, à maneira do século 18, em fragmentos de ruínas no parque. (...) A cidade tinha se transformado nada mais nada menos do que num cemitério do seu próprio passado.”²³²

²²⁹ Ibid., p.11.

²³⁰ DILLON, B. (ed). **Introduction – a short history of decay**, in: _____. **Ruins**. London: Whitechapel Gallery Ventures Limited, 2011, p.10. Tradução do autor.

²³¹ Ibid., p.13.

²³² VIDLER apud DILLON; Brian, 2011, p.14, tradução do autor.

Isso nos faz pensar no significado da chamada “ruína do passado recente.” No caso, a ruína modernista da segunda metade do século 20 deslocada para outra realidade, distinta daquele das cidades em escombros do pós-guerra europeu. As ruínas da ESG vistas sob a perspectiva da cidade artificial construída em território imaculado – a capital moderna de Brasília. O que representariam as ruínas de uma edificação que nunca existiu, logo, sem presente e sem passado, remetida a uma cidade voltada para o “futuro” e ainda sem história – a Brasília do “milagre econômico”? Se “de alguma forma a ruína nos faz sobreviver” ²³³ prevendo “um futuro no qual nosso presente vai cair” ²³⁴, existiria algum significado possível para as ruínas da ESG além da maldição do idealismo de Sergio Bernardes?

Vejamos o contexto e o projeto da Escola Superior de Guerra. Segundo Cavalcanti,

“a ilusão de que [Bernardes] se tornaria o arquiteto que daria forma ao regime militar se fortaleceu com a aproximação de Golbery do Couto e Silva. O mais culto dos militares (...) ficou, a princípio, fascinado com as ideias e a personalidade de Sergio Bernardes. (...) O convívio com o arquiteto, embora escasso, fornecia-lhe um refinamento intelectual e a oportunidade de debate profundo de temas geopolíticos (...). Unia-os o entusiasmo em criar novas estruturas que possibilitassem o desenvolvimento do país. Eram duas figuras que, embora situadas em um espectro político dito conservador, não pretendiam manter estruturas arcaicas de organização territorial. O projeto mais arrojado, que obteve simpatia inicial de Golbery, era aquele de uma Escola Superior de Guerra junto à Universidade de Brasília.” ²³⁵ (grifo nosso)

Figura proeminente na construção e desmonte da Ditadura brasileira, o General Golbery do Couto e Silva – “uma espécie de ideólogo da nova ordem” ²³⁶ – fundou o Serviço Nacional de Informações / SNI ²³⁷ (1964/1990) no governo

²³³ Cf. nota 230.

²³⁴ Cf. nota 230.

²³⁵ CAVALCANTI, L. **Sergio Bernardes – Herói de uma Tragédia Moderna**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004, p.59.

²³⁶ GASPARI, E. **A Ditadura Envergonhada**. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2014, p.25.

²³⁷ O SNI foi criado pela Lei nº 4.341, em 13 de junho de 1964, e dirigido por Golbery até 1967. Denominado por ele como “Ministério do Silêncio”, “o Serviço” “combinou as funções de uma agência central de informações com as de um conselho de assessoria para a formulação de diretrizes políticas nacionais.” (DREIFUSS, 1981, p. 421) Segundo Gaspari, operava com a estrutura herdada do antigo Serviço Federal de Informações e Contra-Informações – SFCI – e o arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES. “Suas fichas destinavam-se, sobretudo, a relacionar funcionários públicos, dirigentes sindicais, redatores da imprensa esquerdista e signatários de manifestos políticos.” GASPARI, E. **A Ditadura Envergonhada**. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2014, pp.156-157.

O IPES (juntamente com o IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática) constituiu um complexo político-militar formado por “intelectuais orgânicos de interesses multinacionais e associados (...) cujo objetivo era agir contra o governo nacional-reformista de João Goulart e

Castello Branco (1964/67), e se tornou chefe do Gabinete Civil no período Geisel (1974/79), junto de quem estrategiou o processo de abertura democrática “lenta e gradual”. Fazia parte da elite intelectual militar da Escola Superior de Guerra onde foi membro do corpo permanente, dedicando-se à temática geopolítica e ao Planejamento e a Segurança Nacional.²³⁸ Segundo Gaspari, Golbery teria vivido o auge da ESG entre 1952 e 1954, “mas nem ele nem ela formularam um pensamento original”, apenas empreenderam metodológica e sistematicamente “esquemas capazes de facilitar estudos posteriores.”²³⁹ Em 1958, suas conferências na ESG foram editadas no livro *Planejamento Estratégico*, e em 1967, publicou *Geopolítica do Brasil*. Sua admiração por Bernardes remontaria, pelo menos, aos tempos de sucessão do governo de Carlos Lacerda (1961/65) no então Estado da Guanabara, quando, “durante a crise das eleições de 1965, Golbery, [desejando] se tornar interventor na Guanabara”²⁴⁰, teria listado “23 nomes de pessoas que chamaria para o seu governo.”²⁴¹ Entre elas estavam “estrelas do meio cultural (...) como o arquiteto Sergio Bernardes.”²⁴²

O projeto de criação da Escola Superior de Guerra junto à UnB, do qual Golbery era simpatizante, surgia, portanto, como um campo de grandes expectativas para a ambição de Bernardes. Além da especialização do programa da nova sede em Brasília, seu projeto para a ESG pretendia tocar no âmbito pedagógico-conceitual da escola, influenciando “no currículo e na construção da mentalidade e do conhecimento que seria ministrado aos próprios oficiais.”²⁴³ A aposta era audaciosa: transpor à intelectualidade militar seus ideais de

contra o alinhamento das forças sociais que apoiavam sua administração. (...) Representava a fase política dos interesses empresariais. Com base no argumento de Gramsci, se não todos os técnicos empresários, empresários e militares, ‘pelo menos uma elite entre eles tinha a capacidade de ser os organizadores de seus interesses e da sociedade’.” (DREIFUSS, 1981, p. 161-162). Grosso modo, foi criado como centro de estudos reunindo técnicos, militares e empresários, com o objetivo de propor reformas para o país, mas alimentava um banco de dados com informações estratégicas realizando inúmeras ações de doutrinação anticomunista, sendo de fato, uma “organização de classe capaz de uma ação política sofisticada [passando] da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado. DREIFUSS, R. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981, pp. 161-162.

²³⁸ Denominação do “mais influente de todos os seus [Golbery] ciclos de conferências” realizadas na ESG. GASPARI, E. *A Ditadura Derrotada*. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2014, p.129.

²³⁹ Ibid., p.131.

²⁴⁰ GASPARI, E. *A Ditadura Envergonhada*. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2014, p.173.

²⁴¹ Ibid.

²⁴² Ibid.

²⁴³ CAVALCANTI, L. *Sergio Bernardes – Herói de uma Tragédia Moderna*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004, p.59.

transformação do território e, por tabela, da vida do homem-indivíduo. No seu entender, uma grande oportunidade de influir, estruturar e/ou sistematizar temas e conferências em diversos campos do conhecimento direcionado ao desenvolvimento do país, viabilizado pela associação massiva de novas tecnologias. Seu projeto previa até mesmo a alteração do nome da instituição para “Escola Superior de Altos Estudos de Integração”²⁴⁴, evidenciando a abrangência do projeto da ESG e também o grau de liberdade de que Bernardes gozava – ou supunha gozar – junto à oficialidade militar naquele momento.

A origem remota da ESG, segundo Arruda, “se prende a um curso de Alto Comando, criado em 1942, pela Lei do Ensino Militar, e que se destinava apenas a generais e coronéis do Exército”²⁴⁵. Com inspirações norte-americanas no *National War College*, mas focado na realidade brasileira, o regulamento da instituição foi lavrado pelo General Sardenberg, em 1948, “sob o título de Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra”²⁴⁶, extensivo aos oficiais das três Forças. A escola propunha estabelecer uma visão de “coordenação das ações de todos os órgãos, civis e militares responsáveis pelo ‘desenvolvimento do potencial’ e pela Segurança do país,”²⁴⁷ baseada na ideia central de “que o desenvolvimento não depende só de fatores naturais, mas principalmente de fatores culturais”.²⁴⁸ Como metodologia de trabalho, preconizava a pesquisa em equipe, o sistema de audiências, o diálogo e o debate como superação do individualismo dos convencionais “métodos de pareceres” unilaterais – “um dos traços peculiares ao Caráter Nacional Brasileiro (...) mais arraigados.”²⁴⁹ A ESG definia-se, portanto, como “um instituto nacional (...) centro permanente de pesquisas”²⁵⁰ dos “problemas” brasileiros e interessado na Segurança Nacional: “resguardar” – em tempos de guerra fria e guerras revolucionárias – a população dos ataques ao “controle progressivo da Nação pela destruição sistemática dos

²⁴⁴ BERNARDES, S. **ESG inicia obras da nova sede em Brasília**. *O Globo*, Rio de Janeiro, 09/07/1973, 2º Caderno, p.8. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/busca>> Acesso: 20 mai. 2015.

²⁴⁵ ARRUDA, A. ESG: história de sua doutrina. São Paulo: GRD, 1980, p.1.

²⁴⁶ Ibid., p.2.

²⁴⁷ ARRUDA, A. ESG: história de sua doutrina. São Paulo: GRD, 1980, p.3.

²⁴⁸ Ibid.

²⁴⁹ Ibid.

²⁵⁰ ARRUDA, A. ESG: história de sua doutrina. São Paulo: GRD, 1980, p.3.

seus valores, das suas Instituições, da sua moral.”²⁵¹ Em outras palavras, dado o contexto histórico mundial em que a escola se desenha – a bipolarização do mundo controlado pelos blocos capitalista (EUA) e socialista (URSS) –, a ESG era uma instituição de elite ideologicamente orientada para lidar com o “perigo” iminente de um ataque comunista advindo, muito mais que de ameaças externas, das próprias fronteiras brasileiras²⁵². Sob um olhar mais crítico, uma instituição que:

“incorporou em solo brasileiro as ideias e as atitudes maniqueístas dominantes no cenário internacional da Guerra Fria. Como instituição, (...) encorajou dentro das Forças Armadas normas de desenvolvimento associado e valores empresariais, ou seja, um crescimento cujo curso industrial foi traçado por multinacionais e um Estado guiado por razões técnicas e não “políticas”. Este Estado seria estável por intermédio do autoritarismo político incorporado na doutrina de segurança nacional. Ideologias americanas de ‘construção nacional’ foram disseminadas entre as Forças Armadas Brasileiras e reforçadas pela doutrinação empresarial.”²⁵³

“Impulsionou e difundiu um sistema fechado de ideias baseado na aceitação de premissas sociais, econômicas e políticas que raramente se faziam explícitas além da visão estática de uma sociedade eternamente dividida entre elites e massas. Esse sistema de ideias, que se reproduziu no interior de uma formação socioeconômica específica, encontrava sua razão de ser em relações supostamente permanentes e mesmo naturais de posse e ‘apropriação’ privadas. Essa linha de pensamento excluía teoricamente e evitava praticamente qualquer transformação estrutural, permitindo no entanto uma modernização conservadora. Tal abordagem excluía também a presença de representantes da classe trabalhadora, ou mesmo das camadas intermediárias, no quadro de professores regulares ou convidados da ESG. O argumento em prol do desenvolvimento era apresentado na ESG somente por empresários, tecno-empresários e, em menor escala, por políticos, assim como por convidados estrangeiros, tantos civis quanto militares.”²⁵⁴

“A ESG, como centro nodular de doutrinação para os militares de uma forma específica de desenvolvimento e segurança nacional baseados nas premissas do capitalismo hemisférico, era também um instrumento para ligações orgânicas entre militares e civis, tanto no aparelho estatal quanto nas empresas privadas. Os industriais e tecno-empresários ligados à estrutura multinacional transmitiam e recebiam treinamento em administração política e objetivos empresariais na ESG.”²⁵⁵

²⁵¹ Ibid, p 4.

²⁵² LIMA, E. **Introdução ao estudo de um projeto de “Democracia Autoritária”: o papel da ESG no desenvolvimento político brasileiro (1943-1967)**. Monografia Bacharelado em História - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Departamento de História – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2004, 46 p.

²⁵³ DREIFUSS, R. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981, p.79.

²⁵⁴ Ibid., p.79-80.

²⁵⁵ Ibid., p.80.

Em 1973, o art. 24, § 1º do Regulamento-Decreto 72.669, institucionalizou a missão da ESG como sendo a de “formulação e planejamento da Política Nacional de Segurança e Desenvolvimento.”²⁵⁶

Para Bernardes, projetar a nova sede da ESG em Brasília era o coroamento de uma sequência de projetos para os militares em Brasília. Antes que aderir à sua ideologia político-institucional, ele esperava submetê-la ao seu idealismo. A ideia era conduzir a mentalidade intelectual militar quanto ao tema da integração e planejamento do país, reforçando sua crença no poder do projeto como dispositivo de reordenação estrutural na escala geopolítica e o desejo de reorganização do território brasileiro em favor do que ele acreditava ser um projeto de nação autônoma, com um olhar global e visionário focado no planejamento. Uma ambição para qual não bastaria o arrojo formal ou a viabilidade construtiva de uma solução arquitetônica, mas revelava, no fundo, o autoritarismo do arquiteto e aposta no poder do projeto. Um delírio de quem apostava e ao mesmo tempo desconsiderava ou minimizava o real embate entre as forças políticas e os interesses socioeconômicos daquele presente histórico.

A fantasia de Bernardes se alimentava da expectativa de que o programa/projeto da ESG lhe permitiria lidar com a articulação entre campos de conhecimento e a associação de grandes escalas, nesse caso, materializada menos na realização do objeto arquitetônico em si do que na idealização/condução do arcabouço conceitual-pedagógico do “centro de altos estudos do conhecimento”. Expectativa bastante compreensível tendo em vista o programa acadêmico da instituição, que, segundo Stepan tinha

“uma parte essencial do curso (...) constituída por três ou quatro viagens extensas por todo o Brasil, a fim de [os estudantes] se inteirarem *in loco* dos problemas e projetos ligados ao desenvolvimento e segurança nacionais, tais como novos projetos hidrelétricos, novos complexos industriais, a indústria nacional do aço, principais projetos de habitação para favelados, o órgão regional de desenvolvimento SUDENE, programas de ação cívica e novas táticas de guerra contra-revolucionária.”²⁵⁷

Para um arquiteto que aspirava cada vez mais alto esse planejamento global para o território brasileiro, a possibilidade vislumbrada com o projeto da ESG –

²⁵⁶ ARRUDA, A. **ESG: história de sua doutrina**. São Paulo: GRD, 1980, p.5.

²⁵⁷ STEPAN, A. **Os Militares na Política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p.131.

influenciar, preparar ou “educar” a mentalidade das elites militar e civil (tecnopresários detentores do capital e defensores do liberalismo econômico e da centralização do poder político) – parecia se tornar, portanto, um passo definitivo perfeitamente alinhado com a agenda desenvolvimentista militar.

É importante lembrar que a ruptura familiar empreendida por Bernardes em nome da “grandiosidade de sua obra”²⁵⁸, no final de 1968 – coincide com o início do período mais próspero (e também mais duro) do governo ditatorial, o assim chamado período do “milagre brasileiro”. Se por um lado tal reviravolta profissional-pessoal sugere um etos dos movimentos libertários de 68 (conforme visto no capítulo 3), por outro, indica uma aposta na evolução escalar da sua produção arquitetônica sob a conjuntura autoritária, repressiva e desenvolvimentista da Ditadura brasileira. Mas é exatamente em tempos de AI-5, momento em certa medida desesperançoso para a arquitetura no Brasil e, ao mesmo tempo, de grande impulso para o setor da construção pesada, que as condições produtivas tornam-se extremamente favoráveis para Sergio Bernardes. Fato que se evidencia no protagonismo assumido por ele em Brasília e representado aqui pela expressividade dos quatro projetos estudados. É neste momento que Bernardes se desinteressa dos projetos residenciais, buscando uma outra escala que só a esfera pública poderia oferecer, o que naquele momento significava uma relação direta com o poder militar. Do ponto de vista simbólico-conceitual, o projeto da ESG parece a evidência extrema dessa ambição.

Segundo Campos, “o período do chamado ‘milagre’ foi historicamente o mais favorável às construtoras brasileiras, dado que boa parte do crescimento de então foi fruto dos investimentos estatais em obras.”²⁵⁹ De acordo com o autor,

“se foi durante o período JK que as empresas brasileiras de construção pesada conseguiram atingir um patamar nacional, realizando obras em diversas regiões do país e consolidando o setor como um dos mais poderosos da indústria brasileira, foi ao longo da Ditadura civil-militar, entre 1964-1988, que as companhias do setor se converteram em grupos monopolistas, líderes de conglomerados econômicos de atuação em todo território e em vários países do mundo. Beneficiadas pelas políticas de proteção e incentivo estatal, as empreiteiras brasileiras se firmaram durante a Ditadura como alguns dos grupos privados nacionais mais poderosos da economia brasileira.”²⁶⁰

²⁵⁸ Cf.: nota 173.

²⁵⁹ CAMPOS, P. **“Estranhas Catedrais”: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil militar, 1964-1988**. Niterói: EDUFF, 2015, p. 113-114.

²⁶⁰ CAMPOS, P. **“Estranhas Catedrais”: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil militar, 1964-1988**. Niterói: EDUFF, 2015, p. 113.

“Os superprojetos militares da Ditadura tinham a peculiaridade de incluir grande demanda de serviços de engenharia, atendendo aos interesses das empreiteiras, que erguiam “estranhas catedrais” de uso das forças armadas. Além de garantir serviços às construtoras e incentivar a especialização técnica das mesmas, as obras possibilitavam a aproximação das construtoras com as forças militares, abrindo caminho para parcerias posteriores.”²⁶¹

Ainda de acordo com Campos, além da continuidade dos “dois pilares, postos por JK sob a alcunha de ‘energia e transporte’”²⁶², representadas, principalmente, pelas rodovias e hidrelétricas, novos tipos de obras estimularam a diversificação e a especialização das empresas do setor:

“O governo ditatorial se empenhou em grandes projetos, como os aeroportos supersônicos, portos militares e as usinas termonucleares, além dos trens metropolitanos, emissários submarinos e outros equipamentos urbanos, cuja contratação demandava muitos serviços às empreiteiras.”²⁶³

Percebe-se, assim, que a ambição de Sergio Bernardes não é descabida frente ao contexto próspero do mercado da construção pesada no período do “milagre”. Ao contrário, ela corresponde diretamente às ambições do regime ditatorial e da sua agenda desenvolvimentista, a qual uniu militares e empreiteiros. Afinal, a demanda por grandes obras de engenharia significava também uma demanda por grandes projetos. E vice-versa. Isso alimentava a ambição cada vez mais delirante de Bernardes que apostava todas as fichas no poder do projeto tentando defendê-lo a qualquer custo. Um delírio “estratégico” de quem se aproveitava da proximidade com a oficialidade militar para defender a arquitetura de uma ameaça iminente – a da perda de espaço do projeto.

²⁶¹ Ibid., p. 388.

²⁶² Ibid., p. 115.

²⁶³ Ibid.

4.1

Arquitetura, delírio, ficção

Foram desenvolvidos dois projetos para a sede da Escola Superior de Guerra em Brasília. A primeira versão mostra um partido “cruciforme” com caixa triangular superior parcialmente apoiada sobre extenso prisma retangular. A caixa superior abriga os auditórios e projeta-se, a partir do apoio central do volume inferior, em dois grandes balanços – o maior deles sobre o Lago, com 50 metros de extensão. Ponto de interesse dessa concepção é o desafio estrutural – o prisma que é base de sustentação dos grandes balanços superiores tem suas extremidades também em balanço, conferindo ao conjunto uma expressividade enaltecida da técnica. E, neste sentido, mais próxima da ousadia que Bernardes vinha experimentando, por exemplo, com os grandes pavilhões de exposição dos anos 1950 (citados na introdução); o Mausoléu Castello Branco e os próprios projetos das sedes do IBC e MM (estudados no capítulo anterior), entre tantos outros. Todavia, essa proposta foi descartada ainda em etapa de estudo preliminar a pedido da própria ESG, que solicitou um projeto com maior área construída e espaços internos mais “flexíveis”, conforme relatou o arquiteto Murilo Boabaid.²⁶⁴

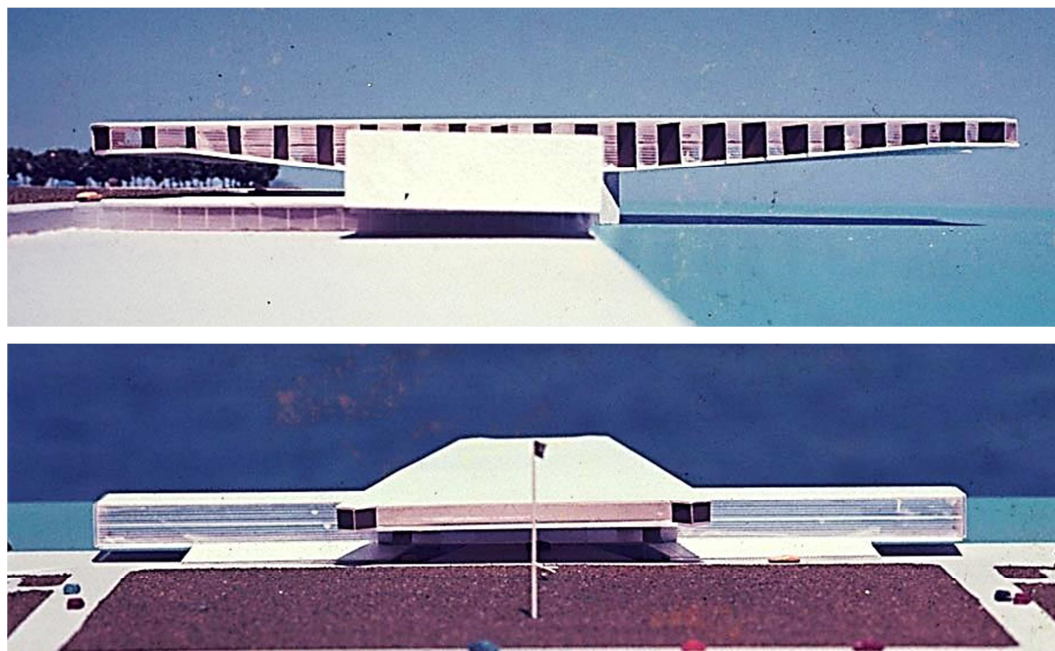


Figura 122: Sergio Bernardes, ESG, DF, 1970/74. Maquete 1ª proposta.
Fonte: Projeto Memória - Acervo Sergio Bernardes

²⁶⁴ Murilo Boabaid foi amigo e parceiro de Sergio Bernardes desde 1952. Arquiteto associado da SBA - Sergio Bernardes Associados - esteve à frente da coordenação técnica de projetos da empresa até sua falência, em meados dos anos 1980.

A sede da ESG acabou sendo constituída por um único sólido geométrico horizontal de base triangular, com lados de 180 metros e projeção horizontal com aproximadamente 20.000 m² de área. O volume triangular teria cerca de 30.000m² de área construída e seria composto de três pavimentos mais subsolo, com altura média de 15 metros, projetando-se parcialmente sobre as águas do Lago Norte. As obras foram iniciadas em 1973, com previsão de entrega da etapa de infraestrutura em 1974, segundo afirmou o próprio Sergio Bernardes.²⁶⁵

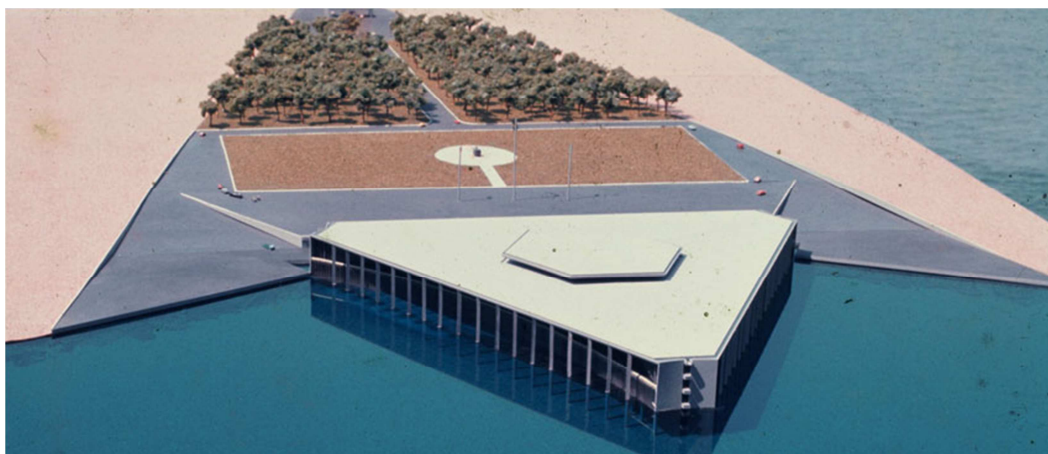


Figura 123: Sergio Bernardes, ESG, DF, 1970/74. Maquete 2ª proposta - versão oficial. Fonte: Projeto Memória - Acervo Sergio Bernardes.

Através da interpretação da forma clássica do triângulo, Bernardes explorou em planta a possibilidade construtiva do módulo triangular. O triângulo é ao mesmo tempo o todo e o módulo e se agrupa em planos circulares, hexagonais e estelares, revelando um sistema estrutural a partir da decomposição geométrica de uma grande laje triangular. Os cheios – linhas/divisórias – e os vazios – continentes/ambientes – demarcam os espaços e são definidos pela malha de linhas e trajetórias geométricas geradas em planta. O traçado se dá, portanto, a partir de relações de escala/programa dentro do grande triângulo gerador.

²⁶⁵ **ESG inicia obras da nova sede em Brasília.** O Globo, Rio de Janeiro, 09 jul. 1973, p.8. <<http://acervo.oglobo.globo.com/busca>> Acesso em: 16 dez.2014.

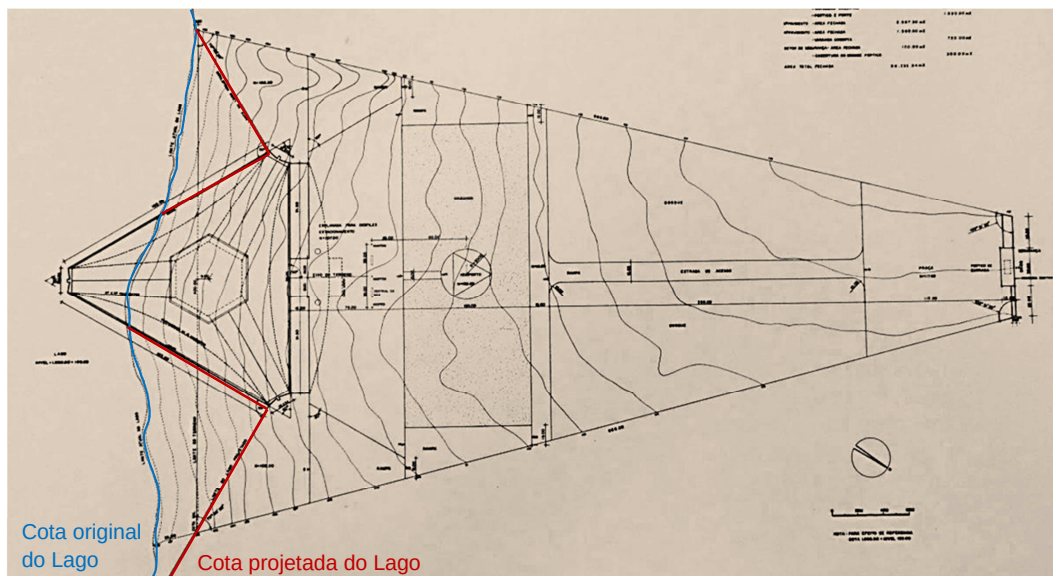


Figura 124: Sergio Bernardes, ESG, DF, 1970/74. Implantação. Fonte: Acervo Sergio Bernardes - NPD/UFRJ.

A escola de Bernardes tinha quatro pavimentos sendo um deles no subsolo. No primeiro, localizado 1,5 m acima do nível do Lago, ficariam as centrais de informação e comunicação, biblioteca, gráfica, revisão, iconografia, almoxarifado, cozinha, restaurante dos funcionários e praças – e serviços de apoio ²⁶⁶. No segundo, 5 metros acima do piso inferior, acesso público com estacionamento, hall de distribuição, administração, setor de ensino, salão de honra, salão de estar, restaurante dos “estagiários”²⁶⁷, administração e corpo permanente ²⁶⁸; todos ambientes abertos para um teto-jardim voltado para o Lago (prolongamento da laje de cobertura do pavimento inferior). O terceiro pavimento, 5 metros acima, conteria em seu centro um grande auditório circular para 400 pessoas, com pé direito duplo, favorecendo na galeria superior as áreas de apoio técnico, imprensa e o espaço flexível.

No interior do auditório haveria seis células – auditórios menores, com capacidade para 90 lugares cada, giratórios, de modo que pudessem se integrar ao auditório continente, contabilizando o total de 940 pessoas reunidas. O restante do

²⁶⁶ BERNARDES, S. **ESG inicia obras da nova sede em Brasília**. *O Globo*, Rio de Janeiro, 09/07/1973, 2º Caderno, p.8. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/busca>> Acesso em: 20 mai. 2015.

²⁶⁷ “Estagiário” é a denominação que recebia o “aluno” da ESG. “Para os trabalhos de equipe, os estagiários são divididos em grupos, e se desenvolvem sob a coordenação de um deles (Dirigente), designado pelo Departamento de Estudos, e com a assistência de um elemento do Corpo Permanente (Ligação)”. ARRUDA, A. **ESG: história de sua doutrina**. São Paulo: GRD, 1980, p.7.

²⁶⁸ Ibid.

pavimento destinava-se livre aos ambientes de trabalho, compostos também por células circulares com capacidade variada cada uma (em média 16 estagiários). Segundo Bernardes, “cada conjunto de quatro salas [iria] convergir para um subterminal de informações e comunicação.”²⁶⁹

O subsolo, que teve suas estruturas de concreto realizadas entre 1973 e 1974, abrigaria toda a parte de infraestrutura da edificação. Os resíduos dessa construção-fundação, hoje tomados pela vegetação, ainda definem a imensa forma triangular-estelar do conjunto. Segundo Boabaid, “todo o sistema de instalações sanitárias desse projeto previa tratamento completo das águas servidas de modo que o residual fosse lançado limpo”²⁷⁰ – cuidado certamente reforçado pela implantação do edifício parcialmente imerso nas águas do Lago. Ainda segundo o arquiteto, durante o desenvolvimento do projeto da ESG, a equipe fazia reuniões com a cúpula militar em Brasília,

“sendo o programa bastante aberto e flexível, sem espaços-função rigidamente definidos. Portanto, a metodologia estabelecida foi a de desenvolver o anteprojeto, o executivo e o detalhamento estrutural, deixando as especificidades programáticas relativamente em aberto, podendo se apropriar de maneira adequada e flexível dos espaços quando prontos, conforme as necessidades”.²⁷¹

Por mais irônico que possa parecer, em se tratando de uma encomenda para um regime autoritário altamente controlador e hierarquizado, a “flexibilidade” era considerada chave do programa físico-espacial da ESG. Uma possibilidade sem precedentes para Bernardes experimentar, por exemplo, a ideia de crescimento ilimitado. Porém, o que poderia ter assumido uma proposta espacial mais aberta e expansível, próxima, por exemplo, da experiência modular do Centro de Pesquisas do Cacau²⁷² (Itabuna/BA, 1963) ou do que Boabaid chamou de

²⁶⁹ BERNARDES, S. **Sergio Bernardes: a arquitetura perdeu o compasso**. Revista O Cruzeiro, Rio de Janeiro, ano XLV, nº 36, 05 SET.1973, pp. 122-126. Entrevista a Jorge Segundo. <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>> Acesso em: 10 dez. 2015.

²⁷⁰ Entrevistas concedidas ao autor em 03/SET/2014 e 02/MAR/ 2016.

²⁷¹ Entrevista concedida ao autor em 03/SET/2014.

²⁷² Segundo Bruand, este projeto, do ponto de vista da flexibilidade, seria um representante da corrente “racionalista orgânica” do modernismo arquitetônico brasileiro, pela facilidade em expandir conforme o aumento de suas necessidades utilitárias “sem desnaturar seu caráter.” “A adoção de uma estrutura uniforme, baseada na justaposição de cogumelos quadrados, constituídos por elementos pré-fabricados de concreto, permite um aumento em todas as direções laterais de acordo com a progressão desejada e permite até variações verticais.” BRUAND. Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. 2ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1991, pp. 288-289.

“projetos de geometria variada”²⁷³, como o Centro de Pesquisas da Petrobrás (Cidade Universitária/RJ, 1969), partiu, no caso, de um limite demarcado: a racionalização estrutural da planta triangular. Mas por que uma forma arquitetônica tão sólida e fechada se a doutrina da escola “defendia” a “flexibilidade dos conceitos”, o “estímulo ao trabalho em equipe”, a “liberdade de debate” e a “superação do individualismo humano”, abrindo a possibilidade de trabalhar com formas mais livres?

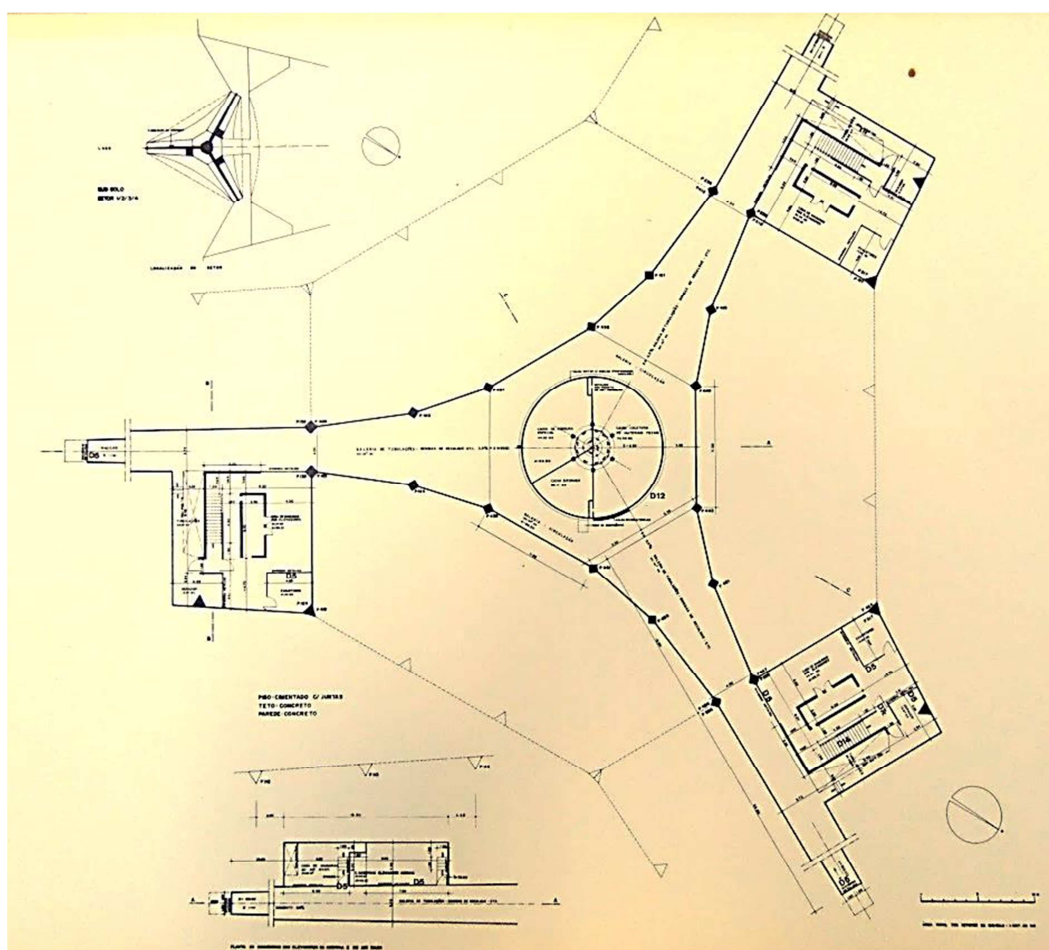


Figura 125: Sergio Bernardes, ESG, DF, 1970/74. Planta Pavimento Técnico Subsolo. Fonte: Acervo Sergio Bernardes - NPD/UFRJ.

²⁷³ Segundo Boabaid, o projeto do CENPES - Centro de Pesquisas da Petrobrás fazia parte da série de “projetos de geometria variada” desenvolvida por Bernardes quando o programa exigia expansibilidade. Era o meio de não “perder” a gênese da forma. No caso do CENPES, as alas radiais poderiam crescer “desde que seguissem o padrão modular e as mesmas especificações de material, acabamento e cobertura.” Todo o cálculo estrutural, segundo o arquiteto, foi desenvolvido pelo engenheiro Paulo Frago. Entrevista concedida ao autor em 02/MAR/ 2016.

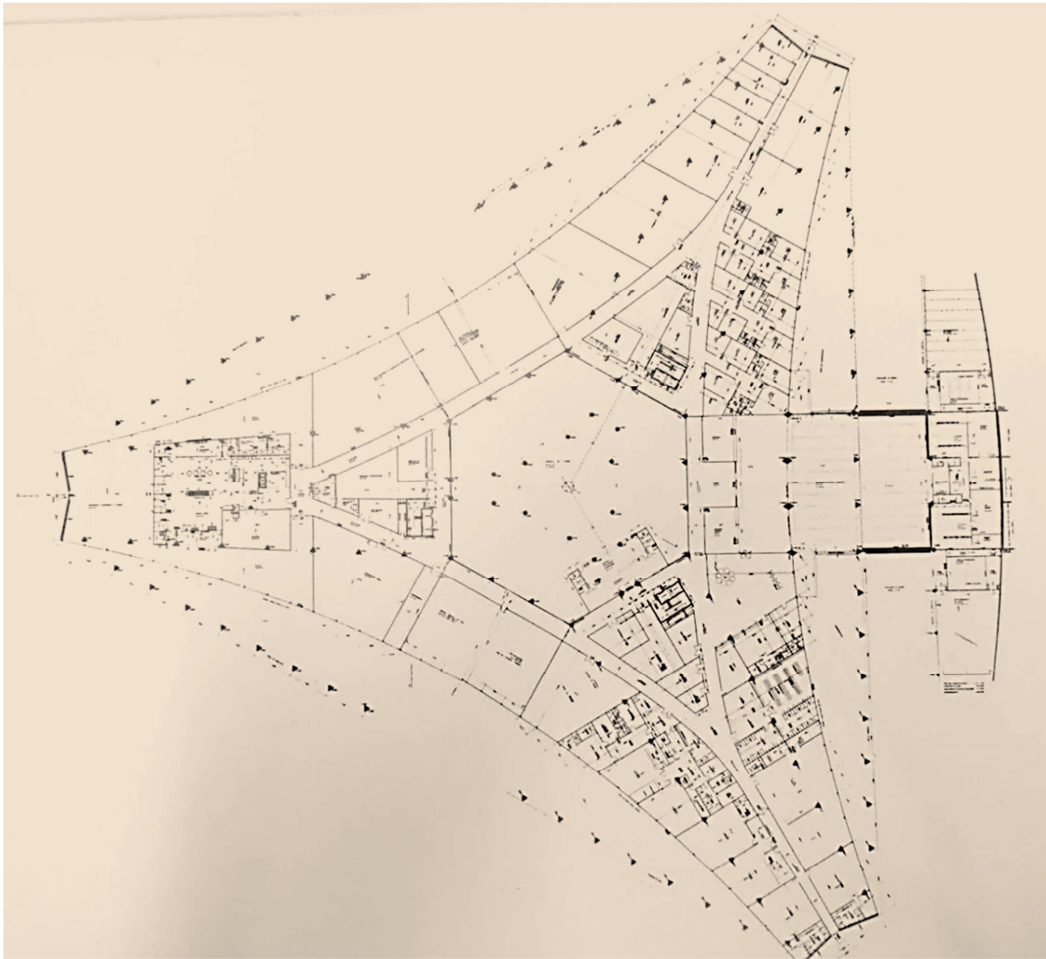


Figura 126: Sergio Bernardes, ESG, DF, 1970/74. Planta Subsolo (Nível -5).
Fonte: Acervo Sergio Bernardes - NPD/UFRJ.

Não se pode ignorar a carga simbólica inerente ao projeto como espaço destinado aos “altos estudos da nação” e instituição de formação e desenvolvimento intelectual junto à recém-criada Universidade de Brasília. Através de uma imagem arquitetônica pura e reconhecível como a do triângulo, o volume da ESG surge como um objeto gigante quase ficcional, uma nave pousada na costa artificial, uma espécie de falso forte à beira de uma falsa fronteira – o Lago Paranoá. Uma fronteira também entre a ficção do projeto e a realidade do poder – o limite entre o “milagre” da obra e a maldição de Sergio Bernardes?

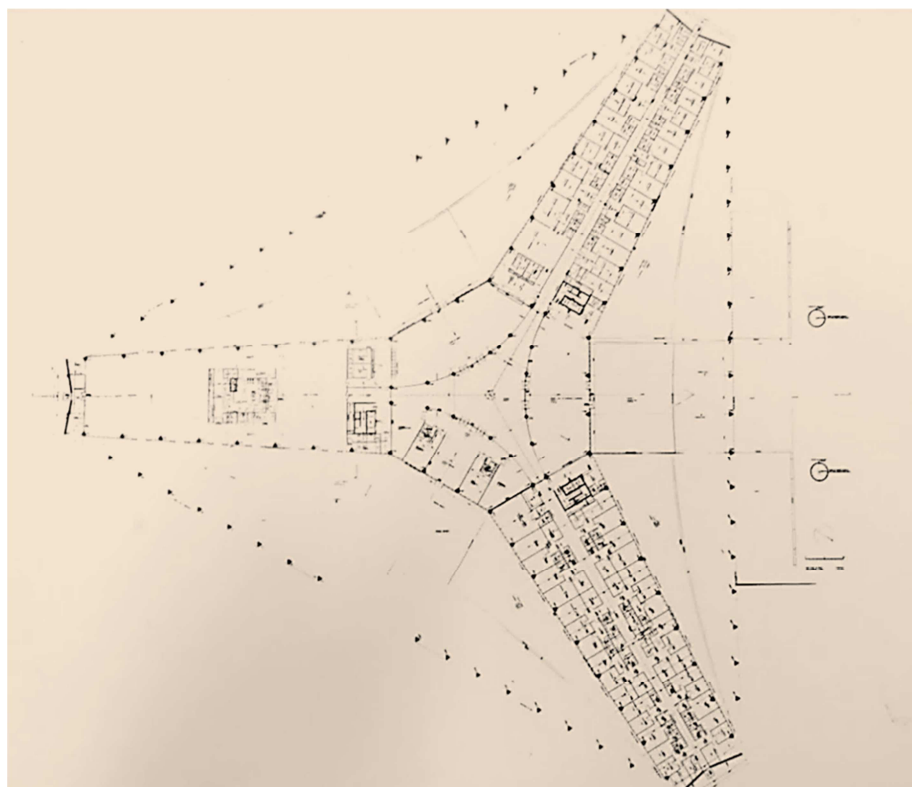


Figura 127: Sergio Bernardes, ESG, DF, 1970/74. Planta 1º Pavimento (Nível 00).
Fonte: Acervo Sergio Bernardes - NPD/UFRJ.

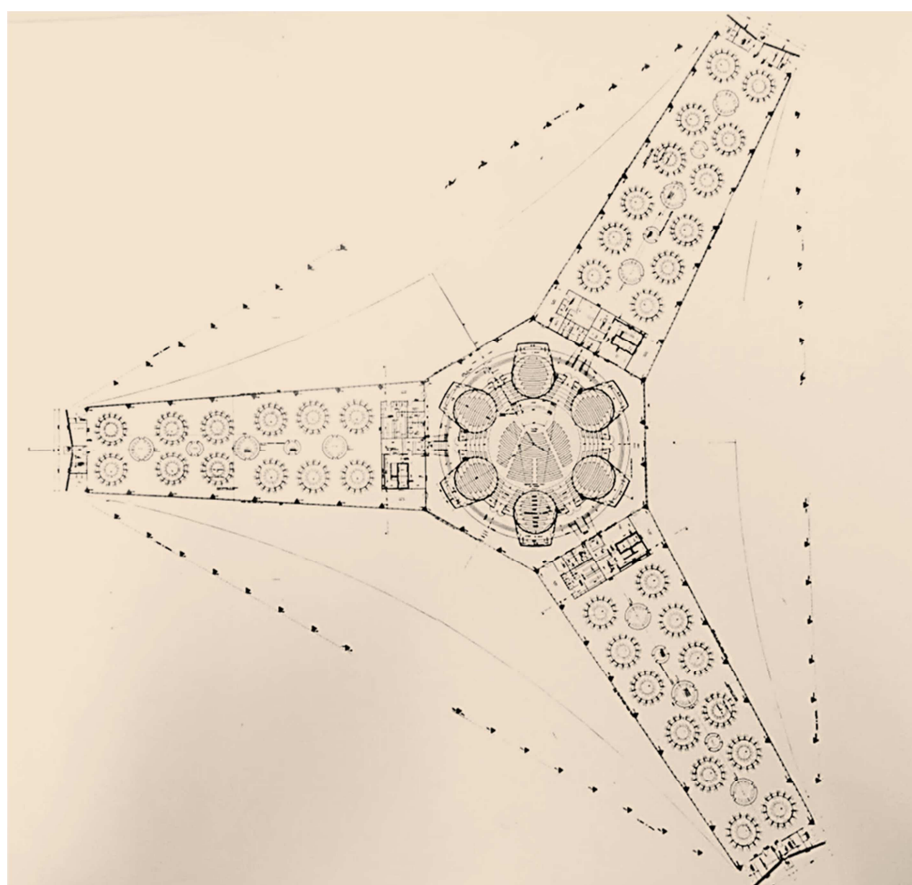


Figura 128: Sergio Bernardes, ESG, DF, 1970/74. Planta 2º Pavimento (Nível + 5).
Fonte: Acervo Sergio Bernardes - NPD/UFRJ.

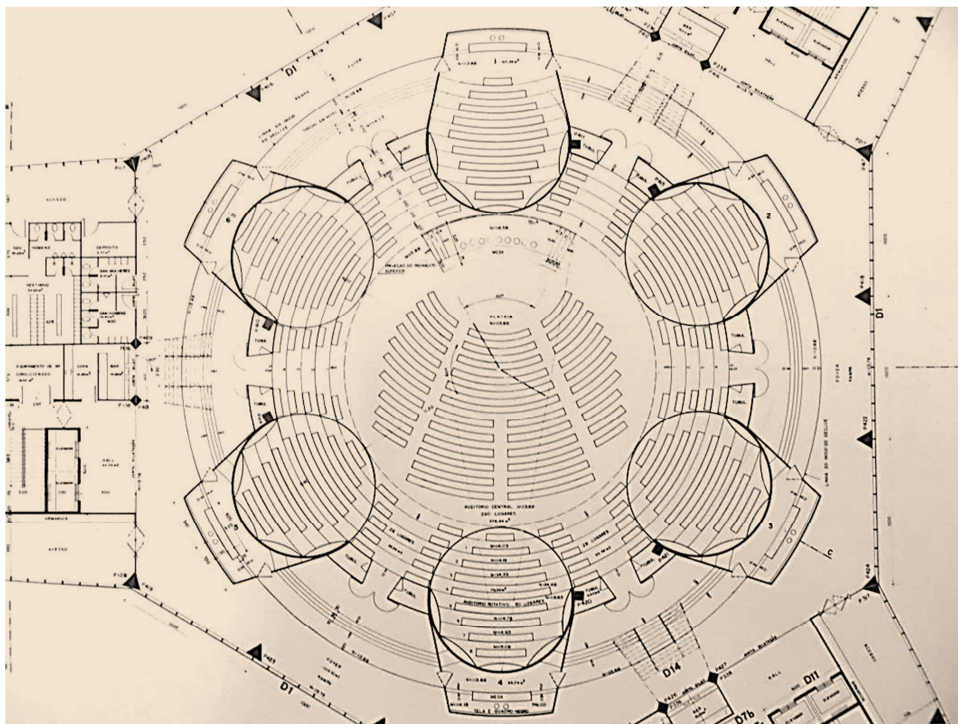


Figura 129: Sergio Bernardes, ESG, DF, 1970/74. Detalhe Planta 2º Pavimento (Nível + 5) Auditório Central c/ Auditórios Giratórios. Fonte: Acervo Sergio Bernardes NPD/UFRJ.

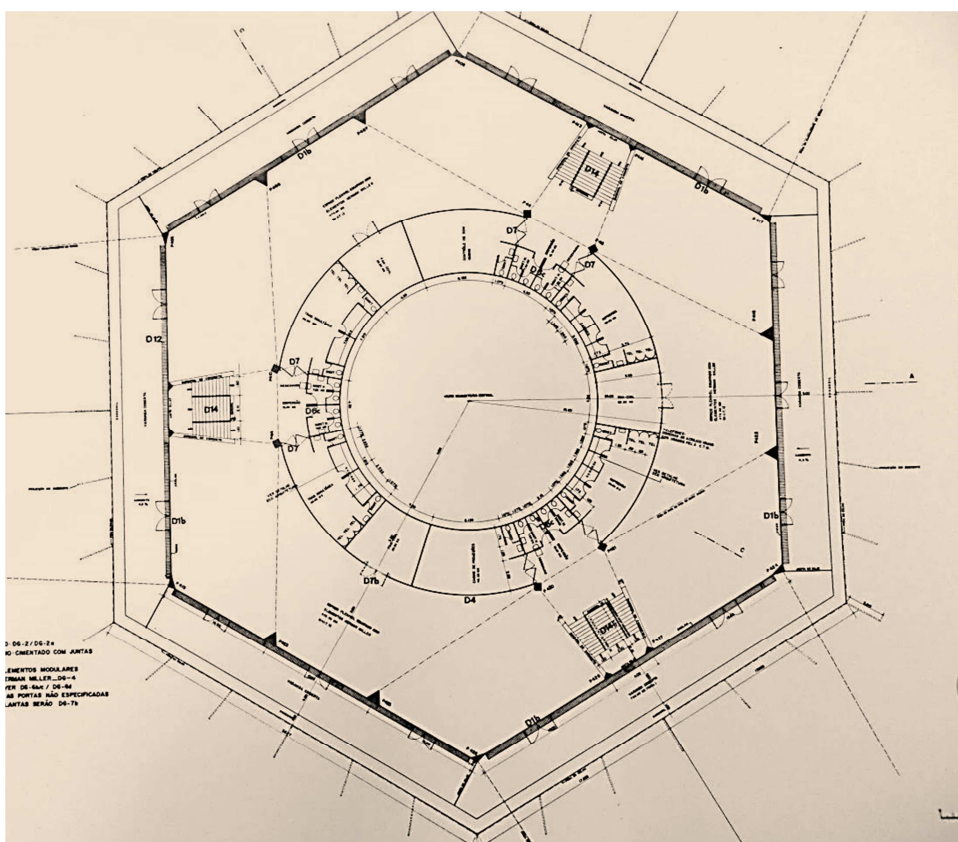


Figura 130: Sergio Bernardes, ESG, DF, 1970/74. Planta 3º Pavimento (Nível + 10) Auditório Central com Auditórios Giratórios. Fonte: Acervo Sergio Bernardes- NPD/UFRJ.

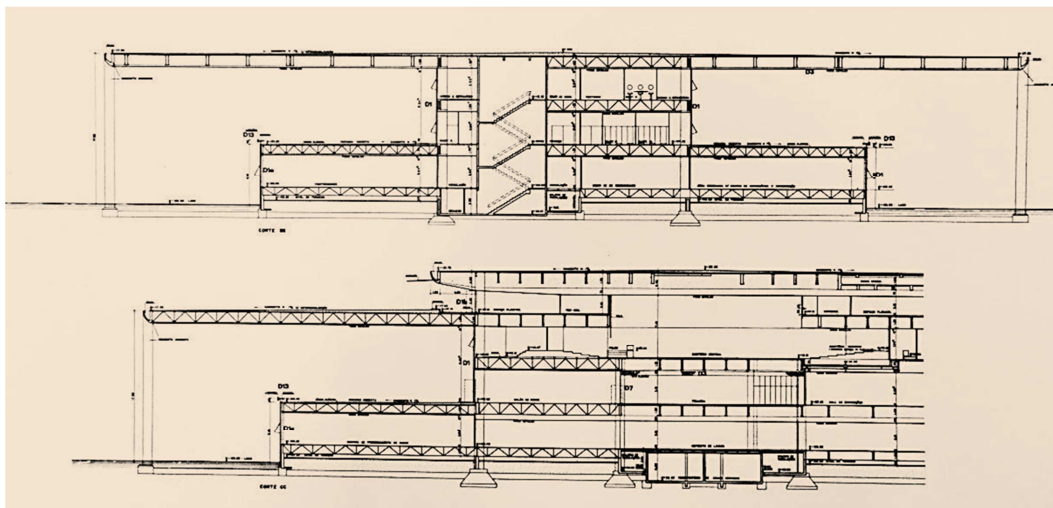


Figura 131: Sergio Bernardes, ESG, DF, 1970/74. Cortes. Fonte: Acervo Sergio Bernardes - NPD/UFRJ

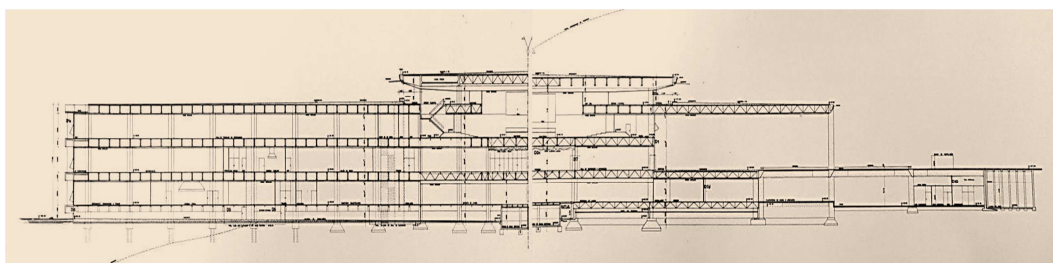


Figura 132: Sergio Bernardes, ESG, DF, 1970/74. Corte. Fonte: Acervo Sergio Bernardes - NPD/UFRJ.

Vejamos o sistema construtivo da ESG. O cálculo estrutural ficou a cargo do engenheiro Paulo Fragoso, também responsável pelo do Mastro da Bandeira. Seu maior desafio neste projeto foi o de cobrir 20.000 m² com laje plana de concreto armado, modulada, articulando três pavimentos e um grande núcleo central ocupado pelo auditório, além da infraestrutura do subsolo. Não exatamente um desafio estrutural como, por exemplo, a cobertura pênsil do Pavilhão de São Cristóvão, a qual previa um vazio elíptico de 150x250m ou a carga de flexão do Mastro da Bandeira, com 24 toneladas na extremidade, mas um quebra-cabeças sistemático das muitas peças componentes do grande sistema triangular.

Desenvolveu-se um partido estrutural misto, composto de lajes e pilares em concreto armado e vigas – em sua maioria, metálicas treliçadas, com os maiores vãos em torno de 16 metros de extensão. Podemos entendê-lo a partir da decomposição sistemática da geometria do triângulo e de sua reorganização estrutural interna a partir de uma grade. Há três linhas de pilares definindo os pontos de apoio das lajes e as possibilidades de conformação interna do espaço

(figura 133). A primeira delas, o perímetro triangular externo que delimita o edifício em si (em verde); a segunda, o perímetro triangular interno, que delimita o núcleo-estelar e define a circulação central da edificação (em ocre); a terceira, os eixos “policêntricos” gerados a partir dos vértices do grande triângulo (em azul), estes, como ondas sonoras constantes formando eixos de orientação. O cruzamento dessas trajetórias todas define, em planta, áreas apropriáveis, ou seja, excetuando-se as circulações axiais e os pontos equidistantes de circulação vertical/sanitários públicos, as salas poderiam ser delimitadas com alguma liberdade, garantindo a Bernardes possibilidades de agenciamento dos espaços programáticos necessários. Uma estruturação de elementos que nasce entre o núcleo circular e o perímetro triangular da planta-forma ou vice-versa e é, ao mesmo tempo, circular, triangular e hexagonal.

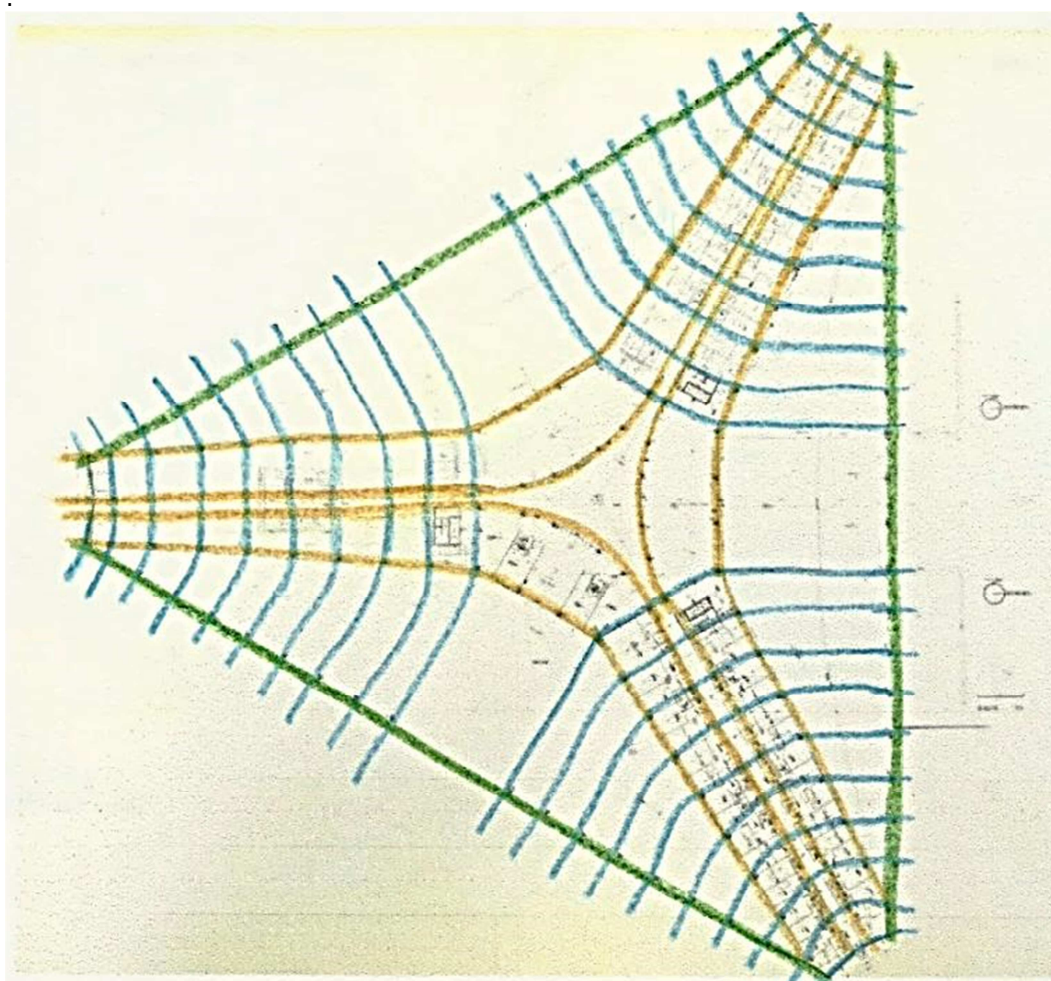


Figura 133: Sergio Bernardes, ESG, DF, 1970/74. Esquema “grade” estrutural. Fonte: Acervo Sergio Bernardes - NPD/UFRJ.

Os desenhos das plantas estruturais indicam um classicismo geométrico impressionante. Um círculo inscrito num triângulo e ambos circunscritos por um hexágono definem a planta de fôrmas do núcleo central do 1º pavimento (figura 136). Na planta do 2º (figura 137), um núcleo hexagonal, formas retangulares e novamente círculos inscritos. Áreas poligonais fechadas compondo lajes apoiadas por sistemas de vigas paralelas entre si, orientadas no sentido do menor vão.

Essa visão sistemática e racional da geometria do triângulo, e das muitas seções geradas a partir dela – trapezoidal, circular, hexagonal, estelar –, pode nos remeter à imagem dos sólidos neoclássicos da “geração de arquitetos ‘visionários’”²⁷⁴ de meados do século 18, integrada por Étienne Louis Boullée e Claude-Nicholas Ledoux. Segundo Argan, os arquitetos neoclássicos Boullée e Ledoux “concebem a arquitetura como definição de *objetos* de edificação”²⁷⁵ projetando, assim, “por entidades volumétricas, individuando nos sólidos geométricos a síntese entre ideia e coisa, isto é, a forma típica por excelência,”²⁷⁶ como podemos ver no uso da esfera como solução para os distintos projetos do Cenotáfio de Newton – (Boullée, 1785) e da Casa dos Guardas Campestres – (Ledoux, 1780).

Todavia, no caso da ESG, Bernardes parte não de uma “entidade” volumétrica, mas da “identidade” volumétrica do prisma triangular, neste caso, simbolizando uma forma idealizada ligada ao equilíbrio e à perfeição, bem de acordo com o programa da escola.

²⁷⁴ FRAMPTON, K. **História crítica da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.6.

²⁷⁵ ARGAN, G. C. **Arte Moderna**. Trad.: Denise Bottmann e Frederico Carotti, São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.37.

²⁷⁶ Ibid.

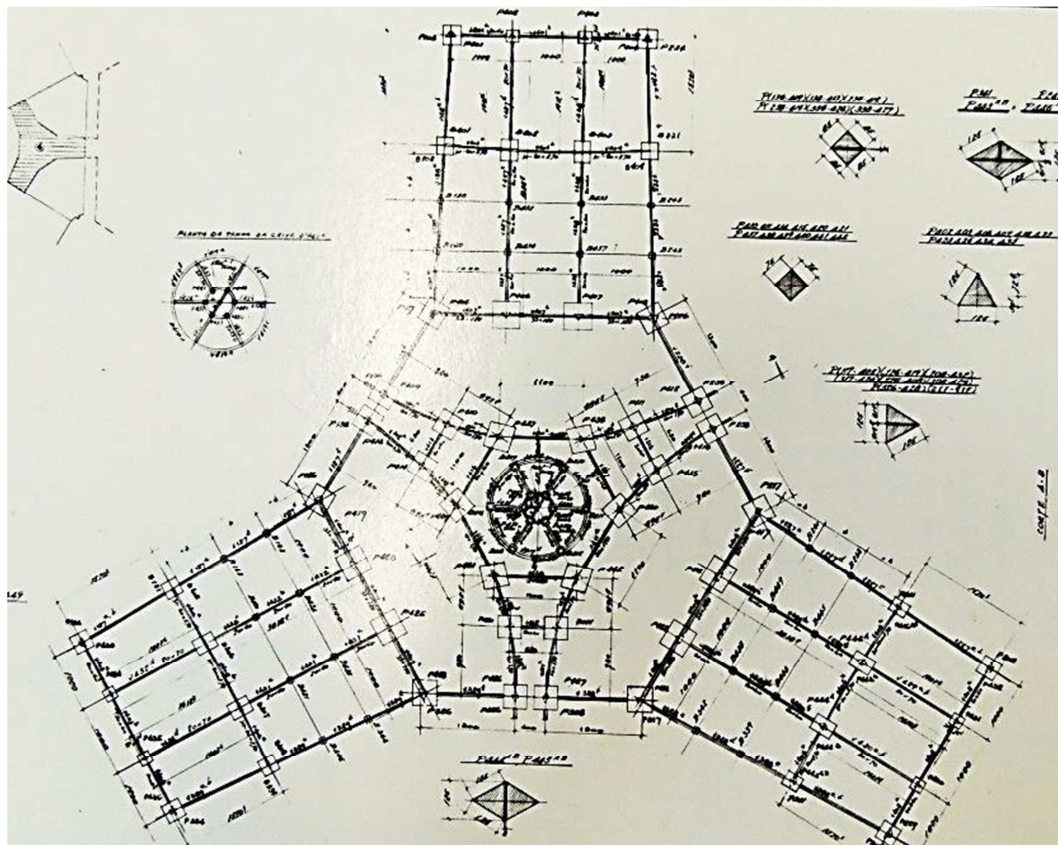


Figura 134: Sergio Bernardes, ESG, DF, 1970/74. Planta estrutural – cintas/fôrmas subsolo. Fonte: Acervo Sergio Bernardes - NPD/UFRJ.

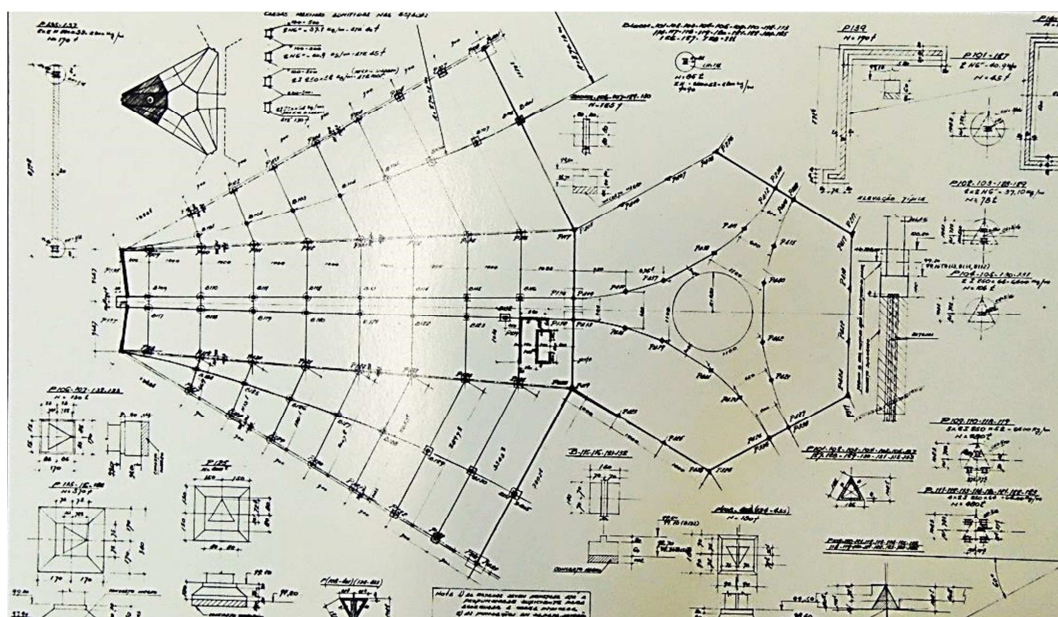


Figura 135: Sergio Bernardes, ESG, DF, 1970/74. Planta estrutural – fundações/ localização/ fôrmas setor 1 subsolo. Fonte: Acervo Sergio Bernardes - NPD/UFRJ.

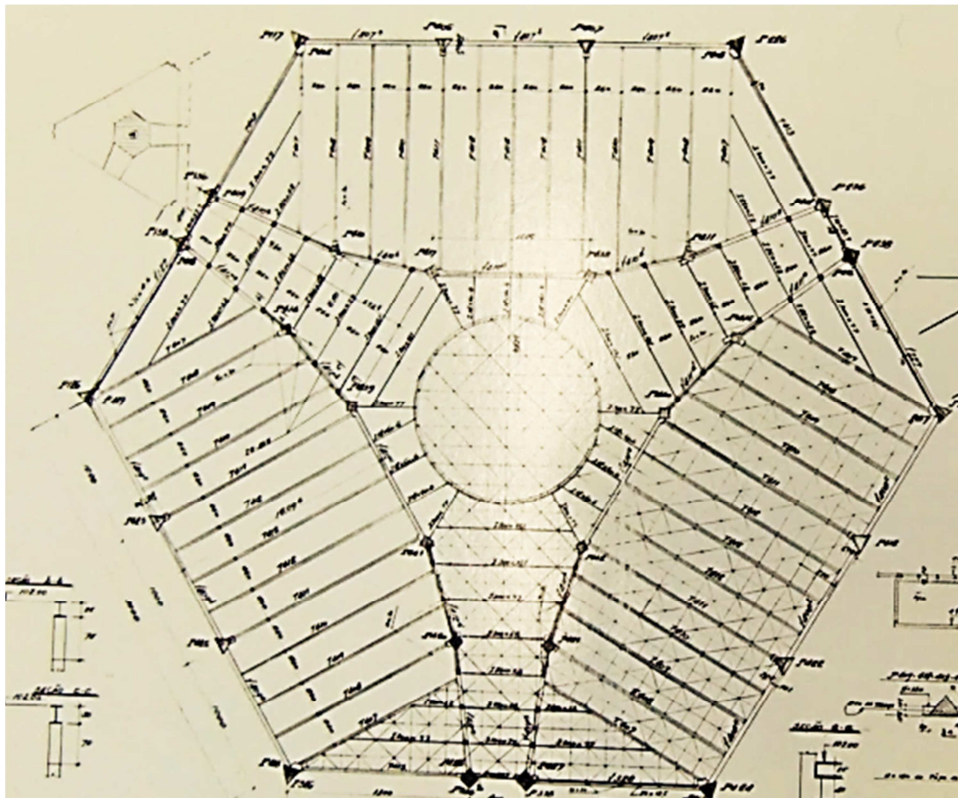


Figura 136: Sergio Bernardes, ESG, DF, 1970/74. Planta estrutural – fôrmas laje piso 1º pavimento. Fonte: Acervo Sergio Bernardes - NPD/UFRJ.

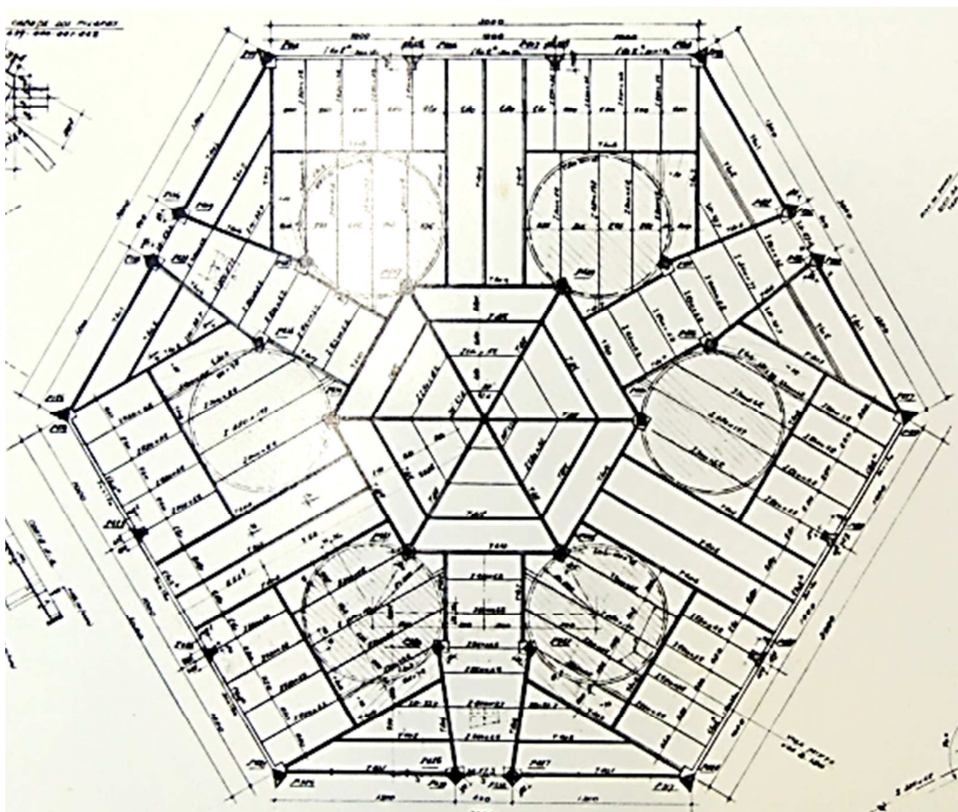


Figura 137: Sergio Bernardes, ESG, DF, 1970/74. Planta estrutural – fôrmas laje piso 2º pavimento. Fonte: Acervo Sergio Bernardes - NPD/UFRJ.

É interessante notar que existe um partido conceitual-constutivo comum aos quatro projetos estudados – ESG, Mastro, IBC e MM. Todos nascem de variações da forma geométrica do triângulo. As grandes treliças diagonais dos edifícios do IBC e do MM; a seção cônica do Mastro da Bandeira; a planta e a volumetria monumental triangular da sede da ESG. Entre as propostas dos edifícios do IBC e do MM há um desdobramento direto do sistema empreendido no primeiro para a evolução formal do segundo, conforme visto no capítulo 3. Entretanto, entre os projetos do Mastro e da ESG se estabelece uma relação simbólica mais densa que se sobrepõe ao diálogo formal. Além de terem sido construídos – mesmo na condição inconclusa e fantasmagórica da obra da ESG, ou principalmente por isso – ambos escancaram uma ousadia politicamente desengajada e quase amoral de Sergio Bernardes, que levava às últimas consequências o idealismo do projeto. O Mastro da Bandeira e as ruínas da ESG não deixam de ser uma evidência material do esforço delirante (e quase suicida) de Bernardes em reafirmar o poder do projeto numa escala territorial, paradoxalmente, num momento em que o idealismo da arquitetura e do urbanismo modernos já se encontrava em pleno colapso. Num tempo histórico conflituoso e ambíguo como “os anos de chumbo e de ouro” do “milagre brasileiro”, muitas vezes interpretado em chave maniqueísta ligada a posicionamentos de direita ou de esquerda, o julgamento dessa conduta técnica “apolítica” resultaria na sentença de “homem maldito”, no peso denunciatório e no silêncio mortal que recaíram sobre sua obra desde então.

Todavia, além do elo simbólico, há um elemento arquitetônico que conecta os projetos da ESG e do Mastro – a escala. É a escala monumental que caracteriza as duas concepções, embora com eixos projetivos distintos e características estruturais e materiais bem diferentes. Enquanto a verticalidade do Mastro se constrói com barras circulares robustas, evidenciando a nudez vermelha do aço corten, a horizontalidade da ESG toma por base a esbeltez da lâmina de concreto armado pintada de branco, conferindo uma visualidade coadjuvante aos pilares de fachada. E nesse sentido, o volume da ESG acaba por se aproximar da monumentalidade horizontal dos palácios de Oscar Niemeyer em Brasília. Diferentemente do contraste empreendido entre o Mastro da Bandeira (estrutura metálica aparente) e as torres do Congresso Nacional (estrutura metálica

revestida), a laje plana da ESG e o ritmo equilibrado dos pilares de concreto das fachadas, neste caso, dialogam com a horizontalidade estrutural dos palácios do Planalto, da Alvorada e do Itamaraty, apesar de suas essências e propostas construtivas serem diferentes. Niemeyer – mais interessado na expressividade do grande vão livre – parte da submissão da forma estática ao desejo caprichoso da forma estética em busca da leveza monumental, numa dissimulação que fica especialmente evidente nas lajes fronteiriças dos palácios, com suas maiores cargas aliviadas em pilares internos ocultos. Já Bernardes racionaliza o nexo forma estética/forma estática sistematizando a construção de sua grandiosa estrutura triangular.

Há neste projeto, ao mesmo tempo, uma operação que impulsiona para frente – uma planta fundamentada no universalismo da forma buscando a escala do território – e uma força que retrai e impede a expansão dessa forma, no próprio limite da sua geometria fechada. Nesse sentido, mais do que a forma é a escala e a implantação artificiosa da ESG sobre as águas do Lago que conotam a dimensão “estratégica” do projeto maior de Sergio Bernardes. A planta do terreno revela uma cota original do nível d’água e outra projetada (ver figura 124). Ou seja, não seria o edifício a ser implantado dentro d’água, mas a terra que cederia lugar à água. Uma espécie de alegoria da técnica, no limiar tênue entre realidade e fantasia. Afinal, o imenso sólido triangular da ESG não parece ser uma resposta arquitetônica ao processo da dinâmica do tempo, nem a critérios de flexibilidade e adaptabilidade, constituindo muito mais um projeto “perfeito” para a fantasia do desenvolvimentismo militar.

Outro ponto que chama atenção nesse projeto é a inexpressividade plástica da estrutura. Com exceção dos halls de circulação central, onde a marcação dos pilares define um percurso estelar quase ficcional, a maioria dos apoios do sistema é tratada como ponto de amarração e guia das divisórias internas. Além disso, parece não haver qualquer destaque para as vigas treliças. Diferentemente da primeira versão da ESG, que mesmo não tendo o projeto estrutural desenvolvido, demonstrava maior arrojo e ousadia num partido de grandes balanços.

O processo construtivo se enquadra, até certo ponto, na corrente estruturalista representada, entre outros, pelos arquitetos holandeses, Aldo Van Eyck (Orfanato de Amsterdã, 1956/60) e Herman Hertzberger (Edifício Centraal

Beheer, Apeldoorn, 1974) e o norte-americano Shadrach Woods (Universidade Livre de Berlin, 1963/73). Segundo Barone,

“A corrente estruturalista esperava superar o aspecto funcionalista restritivo do modernismo em arquitetura através de uma concepção de espaços que se inter-relacionassem e pudessem oferecer variações formais a partir de uma dada estrutura. O primeiro crítico a identificar uma tendência estruturalista na arquitetura moderna foi Arnulf Lüchinger [que] identificou entre os arquitetos holandeses do pós-guerra (...) uma maneira de estruturar os espaços edificados. Essa estrutura se criava a partir de malhas reticuladas que compunham uma variedade volumétrica de cheios e vazios, com o propósito de diferenciar os ambientes e possibilitar diferentes usos e percepções da forma edificada.”²⁷⁷

Se há de fato uma correspondência no projeto da ESG com o princípio estruturalista, ele se revela, contudo, meio às avessas, porque mesmo existindo um módulo articulável – o triângulo – as articulações espaciais são relativamente estáticas. Por mais que se tenham variações entre dimensões, ambientes e atividades programáticas nas plantas da escola, nelas prevalece a contenção espacial amarrada à macro forma triangular e à própria simetria desenhada sobre a malha.

²⁷⁷ BARONE, A. **Team 10: arquitetura como crítica**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2002, p. 96.

4.2

Milagre, ruína, maldição

O sonho ambicioso da “Escola Superior de Altos Estudos de Integração”²⁷⁸ – o imenso “triângulo do conhecimento” projetado por Bernardes à beira do Lago Norte em Brasília – chegaria ao fim, no entanto, apenas um ano após o início das obras (1974). Era do fim do “milagre” para o arquiteto e o início da maldição que assombraria sua obra a partir de então.

Em agosto de 1975, uma nota no jornal O Globo esclareceu o motivo da suspensão da obra:

“[a] transferência [da ESG] para Brasília, que estava prevista para 1976, [deveria], se o projeto [fosse] concretizado, ser promovida lenta e gradualmente. Uma fonte do Estado Maior das Forças Armadas, ao fornecer esta notícia, disse que o ‘projeto da construção da ESG em Brasília ainda não [havia saído] do chão.’ Um dos problemas para a transferência da Escola [era] relativo ao recebimento de estagiários [alunos] na Capital, que ainda não [tinha] infraestrutura para receber uma organização tipo ESG, com estagiários civis e militares de diversos Estados.”²⁷⁹ (grifo nosso)

A suspensão das obras da ESG foi atribuída também a uma ordem do general Geisel, em 1974, cinco meses após ele ter assumido a presidência da república. Conforme impresso na revista Veja, em 2014,

“(...) uma reportagem publicada em 14 de agosto de 1975 pelo Jornal do Brasil²⁸⁰ diz que o motivo da suspensão foi financeiro. Com o fim do período do “milagre econômico”, as verbas haviam escasseado e a sede da ESG em Brasília teria deixado de ser prioridade.

A família de Bernardes tem outra versão. ‘Sergio sugeriu uma abordagem conceitual diferente para o projeto da escola’, diz Kykah Bernardes, viúva do arquiteto. ‘Ele previa uma aproximação com estudantes e com a universidade’, explica. Para Kykah, Geisel descobriu as intenções do arquiteto e resolveu desfazer a parceria. (...)

Cinco anos depois do cancelamento dos trabalhos [1979], o aviso ministerial 1383/79, do chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, determinou que o

²⁷⁸ BERNARDES, S. **ESG inicia obras da nova sede em Brasília**. *O Globo*, Rio de Janeiro, 09/07/1973, 2º Caderno, p.8. Disponível em: < <http://acervo.oglobo.globo.com/busca> > Acesso: 20 mai. 2015.

²⁷⁹ SWANN, Carlos. **ESG fica no Rio**. *O Globo*, Rio de Janeiro, 07 ago. 1975, p.4. <<http://acervo.oglobo.globo.com/busca>> Acesso em: 16 dez. 2014.

²⁸⁰ Realizamos uma pesquisa no acervo digital do Jornal do Brasil pelo dispositivo de busca da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional com as tags “ESG”, “Sergio Bernardes” e esta informação não foi confirmada. A pesquisa também não encontrou dados referentes ao cancelamento do projeto da ESG ao longo de todo o ano de 1975. <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>

terreno fosse cedido ao hoje extinto Departamento de Administração do Serviço Público (Dasp). Em parceria com a UNB, o órgão deveria construir no local o Clube do Servidor Público, mas esse projeto nunca saiu do papel.”²⁸¹

Seja como for, entre o idealismo do programa da ESG, a forma simbólica projetada por Sergio Bernardes e as estruturas construídas, existem hoje ruínas concretas que podem assumir várias interpretações. Ruínas modernas da infraestrutura de um edifício e do pensamento idealista universal do seu criador. Ruínas da arquitetura moderna brasileira e da ideia do futuro planejado e orientado pelo e para o progresso. Ruínas do autoritarismo do arquiteto que ambicionava projetar o mundo, confiante nos superpoderes de uma técnica supostamente isenta do conflito de classes e de tensões ideológicas, políticas e econômicas. Ruínas do que não foi em meio ao nada – um delírio arquitetônico iniciado na Brasília recém-inaugurada e ainda em construção, que pretendia ir muito além da sua própria escala. Assim, retomando Dillon e nossos questionamentos iniciais, se “de alguma forma a ruína nos faz sobreviver”²⁸² qual o sentido das ruínas da ESG diante do silêncio espectral que recaiu sobre a obra de Bernardes desde então?

Segundo o sociólogo Georg Simmel,

“a arquitetura é a única arte em que se salda o embate entre a vontade do espírito e a necessidade da natureza, em que se resolve num equilíbrio exato o ajuste de contas entre a alma, que tende para o alto, e a gravidade, que puxa para baixo. (...) A arquitetura, embora utilize e distribua o peso e a resistência da matéria de acordo com um plano que só pode ter emergido da alma, permite que dentro deste a matéria atue segundo sua natureza imediata, executando esse plano tal como suas próprias forças. É a mais sublime vitória do espírito sobre a natureza. (...) Contudo, esse equilíbrio único e singular entre a matéria inerte, sujeita às leis mecânicas e à pressão que se exerce sobre ela, e a espiritualidade formadora que tende para o alto se quebra no momento que o edifício se degrada e desmorona.”²⁸³

De acordo com o autor, portanto, a ruína surge quando o equilíbrio entre a natureza e o espírito (natureza e cultura) é rompido com a vitória das forças da natureza sobre a intenção, o labor do espírito. Ao desmoronar, o edifício perde a

²⁸¹ LANNES, Paulo. **Os segredos dos escombros**. Veja Brasília, Brasília, Editora Abril, 03 Jan. 2014. Acesso em: 20 abril 2014.

²⁸² DILLON, B. (ed). **Introduction – a short history of decay**, in: _____. **Ruins**. London: Whitechapel Gallery Ventures Limited, 2011, p.10. Tradução do autor.

²⁸³ SIMMEL, G. **Las Ruinas**, in: Sobre la aventura Ensayos Filosóficos. Barcelona: Península, 1988, p. 117. Tradução do autor.

plenitude de sua forma, e o “antagonismo originário e universal”²⁸⁴ de suas forças componentes reaparece irrompendo, do residual, uma nova condição de existência:

“As ruínas arquitetônicas indicam que nas partes desaparecidas ou destruídas da obra de arte estiveram presentes outras forças e formas da natureza, de modo que o que ainda permanece nessa arte, e que já está em sua natureza, constitui uma nova totalidade, uma unidade característica.”²⁸⁵



Figura 138: Sergio Bernardes, ESG, DF, 1970/74. Ruínas ESG. Fonte: fotografada pelo autor, abril 2014.

Para Simmel, “do ponto de vista da finalidade para o qual o espírito se encarnou no momento”²⁸⁶ da constituição da obra (o enfrentamento da natureza), a ruína arquitetônica seria um “acidente” – a deterioração, a degradação, o desmoronamento – uma batalha perdida do espírito para natureza. Desse acidente surge um “novo sentido” que “o engloba com a obra do espírito em uma só parte, a qual já não se baseia numa atividade intencional do homem, mas nas profundezas onde ela e o trabalho das forças inconscientes da natureza brotam de uma raiz comum.”²⁸⁷ Assim, na visão do autor, o encanto específico das ruínas provém da ausência da “mão do homem” em seu processo de degradação. Em

²⁸⁴ SIMMEL, G. **Las Ruinas**, in: Sobre la aventura Ensayos Filosóficos. Barcelona: Península, 1988, p. 118. Tradução do autor.

²⁸⁵ Ibid.

²⁸⁶ Ibid.

²⁸⁷ Ibid.

outras palavras: o encantamento da ruína estaria na percepção da obra humana como sendo um produto da natureza, da força vital que se apodera da matéria decadente, trazendo, em si, o embate temporal passado-futuro e a consciência do contínuo processo de deterioração da materialidade construída frente ao domínio vivo e inevitável da natureza.

Mas caberiam as estruturas ruinosas da ESG na definição de Simmel? A força com que a vegetação se apropria, penetra, amarra e se apodera dos resíduos do concreto armado vence de fato a ação da obra humana, recobrando a antiga natureza, acomodando o objeto artificial na condição orgânica, construindo uma nova totalidade? Ou a permanência dos indícios da forma construída – e do idealismo fracassado de Bernardes nela projetado – impedem o gozo estético das ruínas como tal? Afinal, as ruínas da ESG são ruínas de uma obra incompleta, inacabada, inconclusa, fato que por si só já lhe confere um caráter ruinoso.



Figura 139: Sergio Bernardes, ESG, DF, 1970/74. Ruínas ESG. Fonte: fotografado pelo autor, abril 2014.

Para Dillon, a visão de Simmel tem ainda algo de romântico, na medida em que reafirma, na “valência dupla da ruína como imagem e realidade”,²⁸⁸ uma tendência ao “objeto artificial deslizando imperceptivelmente em direção a um estado orgânico, até que finalmente a natureza toma seu caminho e [não se pode] falar legitimamente de uma ruína como tal”.²⁸⁹ Visão esta que o pensamento do século 20 tenderia a minar tanto estética quanto historicamente.²⁹⁰ Nesse sentido, talvez as ruínas da ESG se aproximem mais da paisagem ruínosa identificada por Robert Smithson em New Jersey, no final dos anos 1960.²⁹¹ Dillon esclarece que

“entropia, a chave do conceito do trabalho de Robert Smithson, nos lembra que a ruína é sempre dinâmica e em processo, dando origem ao que Smithson chama ‘paisagens dialéticas’ que pairam entre o profundo passado geológico e o futuro catastrófico.”²⁹²

Pela leitura de Dillon fica clara a percepção contemporânea de Smithson sobre a paisagem ruínosa do percurso (realizado em Passaic, NJ) “entre os detritos à margem do rio e as estruturas meio-formadas de uma nova via expressa”²⁹³, através da qual o romantismo da ruína e a própria ideia de monumento são perspicazmente dissolvidos. Simulando a descoberta de “uma nova ‘cidade eterna’ - um terreno esparramado com ‘monumentos’ decadentes contrários aos de Roma”²⁹⁴, o artista, em “tom erudito e irônico”, define a ideia ou a condição de “ruínas ao inverso”²⁹⁵, segundo a qual as ruínas seriam

“captadas em um estado dialético entre sendo construídas e caindo em desuso e decadência [fazendo] o futuro parecer uma moda antiga e o passado ser visto como se tivesse chegado de algum tempo desconhecido por vir.”²⁹⁶

²⁸⁸ DILLON, B. (ed). **Introduction – a short history of decay**, in: _____. **Ruins**. London: Whitechapel Gallery Ventures Limited, 2011, p.13. Tradução do autor.

²⁸⁹ Ibid.

²⁹⁰ Ibid.

²⁹¹ DILLON, B. (ed). **Introduction – a short history of decay**, in: _____. **Ruins**. London: Whitechapel Gallery Ventures Limited, 2011, p.14. Tradução do autor.

²⁹² Ibid.

²⁹³ Ibid.

²⁹⁴ Ibid.

²⁹⁵ Ibid.

²⁹⁶ Ibid.



Figura 140: Sergio Bernardes, ESG, DF, 1970/74. Ruínas ESG. Fonte: Rafael Zakrzewski , março 2016.



Figura 141: Sergio Bernardes, ESG, DF, 1970/74. Ruínas ESG. Fonte: Rafael Zakrzewski , março 2016.

De algum modo, esse “estado dialético” das ruínas definido por Smithson nos parece uma chave para a interpretação das ruínas da ESG. Estas, configurando um “estado de suspensão” presente entre o futuro banalizado pela ficção científica do projeto e a materialidade inconclusa do passado fragmentário, que pode ou deve ser erigido sob a luz de “um tempo desconhecido ainda por vir”. Um tempo a se construir historicamente, buscando-se os não ditos (e os malditos), evitando o culto à linearidade e aos mitos vencedores. Afinal, “articular historicamente o

passado não significa reconhecê-lo ‘tal como ele foi’”²⁹⁷, mas abrir possibilidades, questionar mitificações, construir o inaudito.

Assim como a indigestão monumental provocada pelo Mastro da Bandeira, a arquitetura do mal-estar representada pelas ruínas da ESG²⁹⁸ sentencia Sergio Bernardes à maldição. Entre fantasmas, inimigos e vencedores do passado, não se pode esquecer que a crítica arquitetônica que enterrou, ainda no presente, a obra de Bernardes, não se exclui da História na qual foi edificada.

²⁹⁷ BENJAMIN, W. **O Anjo da História: Walter Benjamin**. Org. e Trad.: João Barrento, 2ª ed.. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p.11.

²⁹⁸ Segundo a assessora do Instituto Brasília Ambiental / IBRAM Bety Rita Ramos “a área, onde estão as chamadas ‘ruínas da Unb’, integra a Área de Proteção Ambiental do Lago Paranoá, e essa APA é de responsabilidade do IBRAM (Instituto Brasília Ambiental), órgão responsável pela execução da política ambiental do Distrito Federal. Dentro dessa APA existe uma área destinada ao Parque da Enseada do Lago Norte, que é onde, especificamente, estão localizadas as ruínas. Essas ruínas deveriam ter sido um prédio que abrigaria a Escola Superior de Guerra, e que foi abandonado pela Marinha do Brasil, desde a época da ditadura militar.” Sobre a destinação futura da área, ela completa: “os parques do Distrito Federal são implantados ou revitalizados dentro do Programa Brasília Cidade Parque, que se desenvolve com recursos de compensação ambiental, não conta com recursos orçamentários do Governo do DF. O Parque da Enseada do Lago Norte está entre os 73 parques que integram o referido Programa, mas ainda não há previsão de recursos para sua instalação.” (por email ao autor em 25 set. 2014) De acordo com Marcela Versiani Venancio Pires, Téc. Ativ. de Meio Ambiente – Agente de UC e Parques / IBRAM “o Decreto de criação e que define a poligonal do Parque é o nº 27.472/2006, [encontrando-se o parque] dentro da APA do Lago Paranoá, parte na Zona de Preservação da Vida Silvestre (APP do Lago Paranoá, faixa de 30 metros). O Parque Enseada Norte, localizado próximo ao Iate Clube de Brasília, hoje se caracteriza por uma área de 11,99 ha predominantemente de vegetação exótica às margens do Lago Paranoá, repleto de áreas degradadas que servem para depósito de lixo e entulho. Consta no decreto de sua criação (Decreto nº 27.472/2006) que as áreas degradadas situadas no interior do Parque serão objeto de recuperação e, para isso, diversas intervenções deverão ser realizadas como a retirada das invasões, dos lixos e entulho, da vegetação exótica abundante, concomitantemente com o plantio de espécies nativas do Cerrado e a real implantação de um espaço apto a receber visitantes. O fato de encontrar-se às margens do Lago Paranoá oferece à população uma boa opção de lazer em contato com o ambiente natural. O Parque deverá ser recategorizado, de acordo com o Sistema Distrital de Unidade de Conservação (SDUC) como Parque Ecológico Enseada Norte.” (por email ao autor em 25 set. 2014).